

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 076

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 05 DE JUNHO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 052ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
05 DE JUNHO DE 2002**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Cesar Seleme.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielese, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº CTL/SEEG/265/2002, do senhor governador do Estado, restituindo a esta Casa, Projeto de Lei nº 132/2000, de autoria do Poder Judiciário. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/SEEG/222/2002, do senhor governador do Estado, restituindo a esta Casa, Projeto de Lei nº 101/2001, de autoria do deputado Marcos Isfer. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1565

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a antecipação da realização da Sessão Plenária do dia 06 de junho, quinta-feira, para o dia 05 presente, logo após a presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 05.06.2002.

(aa) DURVAL AMARAL, TONY GARCIA, ADEMAR TRAIANO, MARCOS ISFER, WALDYR PUGLIESI, SERGIO SPADA, LUIZ CARLOS ZUK E PASTOR EDSON PRACZYK.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento vem de encontro aos interesses deste Parlamento, pois devido à campanha para as eleições municipais em outubro próximo, a grande maioria dos parlamentares deverá viajar ao interior, dificultando o quórum nas Sessões matutinas de quinta-feira.

Com a alteração proposta, os deputados poderão dar a devida atenção às suas bases, sem prejuízo das suas relevantes funções parlamentares.

REQUERIMENTO Nº 1560

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento da Sra. Deonilde Debona Grassi, que ocorreu no último dia 31 de maio, no município de Medianeira-PR.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família enlutada através de seu esposo e viúvo, Sr. Ângelo Grassi, por meio de correspondência a ser encaminhada à Rua São Paulo, nº 948, Bairro Nazaré, CEP: 85.884-000, no município de Medianeira-PR.

Sala das Sessões, em 05.06.2002.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1561

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de votos de profundo pesar pelo falecimento do empresário e agropecuarista, Sr. João Pierin, ocorrido dia 03 do corrente em Paranavaí.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05.06.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 82 anos de idade faleceu, em Paranavaí, dia 03 do corrente, o empresário e agropecuarista, Sr. João Pierin, que era filho de Júlio Pierin e de dona Maria Luiza Serena Pierin. Deixou viúva dona Iolanda e deixou ainda as filhas Ivana - Maria Inês - Iolanda Maria e Isabel.

O extinto era sogro do Dr. Paulo Furiatti, que é atual prefeito da cidade da Lapa.

João Pierin era pessoa bastante relacionada no município de Paranavaí e região.

O passamento do empresário João Pierin veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre os quais nos incluímos.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho. Um vácuo imenso nos invade a alma, e nossa inteligência recusa-se a acreditar no inevitável. Mas, tal é a condição humana: viver, lutar e morrer.

Amigo é o dom mais precioso com que Deus nos presenteou. E, agora mais do que nunca o sentimos.

Aceite, pois dileto amigo João Pierin, nossas despedidas comovidas e a prece que dirigimos ao Todo-Poderoso para que lhe dê o merecido repouso.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Pierin, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

Projetos de Lei:**PROJETO DE LEI Nº 404/2002**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores de Bairro do Conjunto Habitacional Vilas Boas Ambchvb, com sede e foro no município de Formosa do Oeste-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.06.2002.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores de Bairro do Conjunto Habitacional Vilas Boas - Ambchvb, com sede no município de Formosa do Oeste-PR, é uma sociedade civil, sem finalidade lucrativa, política, partidária ou religiosa, com prazo de duração por tempo indeterminado, sendo a entidade máxima de representação, reivindicação, coordenação e defesa dos interesses gerais dos moradores da localidade, tendo por finalidades:

1. estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias, assistenciais e outras da localidade, seus problemas, recursos e aspirações;
2. promover e contribuir para a formação e desenvolvimento da vida comunitária;
3. representar os moradores em suas reivindicações junto aos poderes constituídos;
4. promover e contribuir para o desenvolvimento humano e cultural, social, econômico e o bem-estar da comunidade;
5. receber e distribuir recursos de qualquer espécie ou natureza;
6. colaborar com poderes públicos, conselhos e outras entidades existentes na comunidade, dando-lhes conhecimento dos problemas da comunidade pleiteando as respectivas soluções.

PROJETO DE LEI Nº 405/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Sistema Paranaense de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina - SISPOV, com o propósito de caracterizar a origem, o estado sanitário, a produção e a produtividade dos alimentos provenientes dessa exploração.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei nos mesmos moldes da Instrução Normativa nº 001, de 09 de janeiro de 2002, do Ministério de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.06.2002.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

A presente medida visa garantir a segurança dos produtos de origem bovina e bubalina, em particular, os alimentos derivados destes produtos para o consumo humano, considerando os aspectos de saúde pública.

Outro objetivo desta proposição nasce da necessidade de se acabar as fraudes e as práticas desleais do

comércio. Já que com a identificação, registro e monitoramento individual de todos os bovinos e bubalinos do plantel paranaense ou os importados pelos nossos pecuaristas, esta prática condenável não irá se perpetuar por muito tempo, já que ficará inviável e de difícil execução as fraudes comerciais.

Outrossim, a instituição do referido sistema irá fomentar a confiança do consumidor nos produtos e subprodutos de origem animal.

Assim, espero poder contar com o apoio dos meus pares para aprovação do projeto de lei que aqui proponho.

PROJETO DE LEI Nº 406/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Doutor Ulysses, com sede no município de Doutor Ulysses e foro no município de Cerro Azul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.06.2002.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Doutor Ulysses, com sede no município de Doutor Ulysses e foro no município de Cerro Azul, entidade sem fins lucrativos, tem realizado maravilhoso trabalho na coordenação, proteção e representação legal da categoria trabalhadores rurais de Doutor Ulysses e região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao deputado Luiz Carlos Alborghetti

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor presidente, senhores deputados.

Acho que a violência, para quem procura a violência, naturalmente tem três caminhos a seguir: o hospital, a cadeia, o cemitério.

Mataram um amigo meu, o padre Joaquim. Não quis pronunciar-me ontem aqui, porque sabia que o assassino, naquele horário, já estava preso, e a minha equipe já estava junto com a polícia.

Era mais ou menos quatro horas da tarde, quando a polícia tinha recebido do dedo-duro, que já tinha deduzido a informação e a minha equipe já tinha descido para o Balneário de Riviera - e a polícia também. Chegaram lá, o rapaz não esboçou nenhuma violência, um ex-estudante, morador em Curitiba, combinou com mais dois

meninos, que diziam que estavam sem dinheiro, resolveram assaltar o meu querido padre Joaquim. Um se arrendeu e ficou na pracinha, outro não quis pular o muro do colégio anexo à casa do padre Joaquim. O outro pulou, e ali na hora do entrevero - diz ele que a arma disparou, foi um acidente. Só que nós levantamos a ficha, já era noite, só estava no local eu e a TV Paranaense, Globo, e o Programa Alborghetti, da CNT.

Realmente ele confessou que já tinha matado uma outra pessoa. A frieza desse assassinato, porque ele não olhava para as câmeras de televisão, o assassino, quando é frio, não encara as lentes da televisão, abaixa o rosto. Só lamento pela família, que é uma família maravilhosa, o pai é maravilhoso, a mãe... Estou com o relatório, que não deu para passar, é tão extensivo, ele matou, escondeu a arma dentro do carro do pai. A porta do carro tem um acabamento de couro, ele tirou o acabamento, escondeu a arma ali e na rua ele disse friamente que matou por causa do dinheiro.

Então vocês vejam o jogo da violência!

É claro, senhores, que a polícia não tem uma bola de cristal para adivinhar quem é que vai morrer hoje, ou quem vai morrer amanhã. Os senhores sabem o que aconteceu essa noite? Não! Só eu que sei, só eu que estive no local. Mataram um engenheiro. Agora, quando fui ao local, deputada Luciana, pensei comigo: "Meu Deus, ninguém tem uma bola de cristal para saber que esse engenheiro viria nos fundos de Detran de carro, com uma menina, se existem motéis, hotéis para prática do conúbio sexual, para a prática do namoro; se existem barzinhos!"

Por que procurar um local, deputada Luciana (que fiquei apavorado), um matagal? Ele entrou com o carro no meio do matagal! Meu Deus, está procurando alguma coisa!

Os bandidos chegaram de um favelão enorme, meteram a máquina no rapaz, jogaram a menina para fora, deram uma coronhada e ele, para não perder o carro, começou a lutar e acabou sendo assassinado.

Deputada Luciana, meu Deus do céu, por que não ir para um outro local? Por que não pegar a sua namorada e ir para um barzinho? Se está afim de praticar um ato amoroso, por que não ir procurar um local seguro? Por que lá, naquele local? Eu ficava me perguntando, era uma hora e pouco da madrugada: "Meu Deus, por que aqui?"

Depois, o carro foi localizado.

Agora, veja o que aconteceu de madrugada, Luciana, minha querida deputada: dois meninos foram pegos por dois traficantes, esta noite. Estive no local, eram 2h30 da manhã, tiraram-me da cama de novo, duas crianças de famílias maravilhosas, os traficantes tentaram obrigar os meninos a cheirar cocaína e eles não quiseram. Então mataram os meninos com dois tiros na cabeça de cada um.

Onde estavam os meninos, meu Deus do céu? Num lugar que não deveriam estar; num local que não poderiam estar; aquilo é uma caneca de sangue!

Tem tantos bares decentes que você pode ir com a sua esposa, pode ir com quem você quiser, por que ir lá, meu Pai? Por quê?

Eu digo, deputada Luciana: “Não sou dono da verdade”. Mas, hoje é difícil! Eu que tenho quatro netos, tenho filhos, já passei por problemas na minha vida, derramei lágrimas de sangue; às vezes chego em casa, vejo um jovem almoçando com o meu filho (ele que está fazendo faculdade), e falo: “quem é, de onde que é? Por favor, me dá o telefone! Onde você mora?” Pois eu não sei se está almoçando ali um amigo ou inimigo!

Depois vão para o quarto, passo no quarto e falo: “Quero o quarto aberto! Se o som erguer, vocês estão dopados!” Meu filho diz: “Oh, papai, o que é isso?” Eu falo: “Não me interessa! Se vocês usarem o som acima do nível permitido pelo ser humano, tranco a sua faculdade, peço a sua interdição!”

É um filho ao qual amo; é do meu segundo casamento; nasceu para praticar esportes, etc. Mas tenho medo de perder o meu filho, Nereu! Tenho medo! Fico apavorado! Minha mulher é professora de educação física, ela fica ali perseguindo, eu falo: “Auxiliadora, pára de pegar no pé que é pior!”

Deputado Nereu, às vezes um dos seus filhos pode aparecer com um amiguinho que você não sabe se é amigo ou inimigo! “Ah, ele é filho de um deputado, vamos sondar a casa para praticar o seqüestro ou para seqüestrar um filho”. Vejam bem, são divagações.

Sabe o que aconteceu nesta madrugada, deputado Nereu?

Aqui na divisa com o Paraná, na cidadezinha de Garuva - olha o terror, deputado Moysés Leônidas - ontem, uma quadrilha organizada praticou um assalto milionário em Santa Catarina.

Passaram no Posto da Polícia Rodoviária, “metiram bala” na Polícia Rodoviária, deram risadas, um policial caiu; a Polícia do Paraná foi avisada, desceu todo mundo aqui na entrada para Curitiba, num tiroteio pior do que filme americano. Caíram dois policiais, não foram mortos graças a Deus e a quadrilha já está na cadeia.

Bandidos!

Agora, nós não temos uma “bola de cristal”, deputado Cezar, para adivinhar o que vai acontecer agora.

Aconteceu ontem no Rio mais de vinte assassinatos; São Paulo uma barbárie! Santa Catarina uma barbárie!

Toda cocaína que vem do Paraguai, deputado Moysés, toda maconha passa por aqui e o destino sabem onde é?

As praias do Paraná e Itajaí-SC!

Como é que vamos resolver? Nós, deputados, que vamos resolver?

Não!

Criticar?

Também não posso, porque a Polícia Federal, deputado Moysés, nós estamos em junho, em 6 meses, apreendeu no Paraná, o maior número de entorpecentes

da história do Brasil, para não matarem as nossas filhas e os nossos filhos.

E agora, para encerrar. Por que eu acredito na polícia do Paraná?

O delegado Miquelotto com uma câmera escondida, só nós que sabíamos, só eu tenho a matéria e vou apresentar amanhã, ficou 15 dias atrás do maior traficante de Curitiba, filmando.

Um trabalho de polícia de 1º mundo. Quando chegou na hora exata, a máquina derrubou o traficante. Já está na cadeia.

Quer dizer, um a menos para assassinar a sua filha deputado Moysés, para não transformá-la em uma prostituta mercantilista, ou não transformar os nossos filhos em cadáveres ambulantes, perambulando, perdidos nesse asfalto negro de violência que não é só no Paraná; no Brasil e no Mundo.

Queria deixar uma reflexão neste tarde: esse Parlamento é idôneo. É formado por 52 senhores deputados, 2 senhoras ilustres deputadas, cada qual com uma esperança, com um ideal de querer reformar, de querer transformar, de ter os seus sonhos, mas que às vezes ficam apreendidos neste concreto armando e não passam lá para fora.

Mas há a necessidade de uma reflexão!

Nós não podemos salvar a humanidade.

O mundo é bom! A humanidade lamentavelmente, não toda ela, 90% lamentavelmente, está perdida nesse asfalto negro de encontros e desencontros. Não só no Paraná, mas em toda a nação brasileira.

Muito obrigado!

O SR. EDNO GUIMARÃES (**Pela Ordem**)

Senhor presidente!

Só para anunciar a presença do presidente da Câmara do município de Araruna, Osmar Stelay e do vereador Virgulino Francisco Viana.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Cezar Silvestri**)

Fica registrado!

Não havendo mais inscrito no Pequeno Expediente, no Grande Expediente, deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, senhores deputados:

Hoje, é o “Dia Mundial do Meio Ambiente”, portanto, um dia de despertar de consciência, porque enquanto o meio ambiente não for uma preocupação coletiva, a luta há de continuar.

Esta geração deve preservar os nossos rios, os nossos mananciais, a natureza, para que posamos legar aos nossos netos, aos nossos bisnetos, aos nossos filhos a garantia do ar puro que respiramos e a água abundante que temos.

O Brasil é um país rico na área ambiental! O 1º mundo já destruiu quase tudo o que podia destruir. Ame-

ricanos se associam com ONG's nacionais, que se transformam em uma espécie de "imobiliária" dos americanos, para comprarem o nosso litoral, sobretudo Guaraqueçaba, Antonina e outras regiões, comprando, na condição de "imobiliária" dos americanos.

Quem nos garante que essas Ong's vão permitir aos nossos filhos que transitem na terra do povo do Paraná? Lá se vai a nossa biodiversidade!

E, na verdade, cientificamente está comprovado que com a informação dos nativos, os grandes laboratórios ganham dez anos de pesquisas, porque os nativos têm a informação para que serve esta ou aquela planta, para que eles possam extrair dela o medicamento e levam embora a nossa biodiversidade, a nossa riqueza. E lá, nos laboratórios do primeiro mundo, dos americanos, da Europa, elaboram os medicamentos e nos devolvem com um alto custo a ser pago pela população.

O Paraná, na questão ambiental, tem vivido um descaso absoluto, longe daquilo que imaginávamos: que o governo fosse preocupado com a questão ambiental. Este governo tem celebrado convênio com Ong's, passando a elas a responsabilidade que é de governo, de cuidar, para que façam do meio ambiente um grande negócio.

Na verdade, o Brasil se reuniu no Rio de Janeiro em 1992, junto com mais 156 países, para discutir a poluição da nossa camada de ozônio. O mundo decidiu, no Rio de Janeiro e também em Kyoto, no Japão, que devemos ter um tratado mundial para diminuir o efeito estufa. Agora, os americanos resistem em aderir ao Plano do Kyoto, ao tratado de Kyoto, porque terão que modernizar a sua indústria, terão que emitir menos poluentes a nossa camada de ozônio, portanto, terão que diminuir a sua indústria. Em contrapartida, os americanos aceleram o seu ritmo, comprando áreas da Amazônia, áreas do Paraná, para depois condicionar ao mundo a anuência americana, desde que eles possam compensar com terras daqui, aquilo que eles poluem lá. Além do que, conforme o Tratado de Kyoto, poderemos emitir bônus e vender na Bolsa de qualquer lugar do mundo, desde que seqüestrado "X" quilos de carbono e isso é parte do Tratado de Kyoto.

Pois bem! Se o meio ambiente se desenha um grande negócio para futuro, muitos governantes estão fazendo do meio ambiente um grande negócio, já.

Mas, senhores deputados, subo também à tribuna para falar um pouco da Lei do ICMS Ecológico que tem feito uma distribuição enorme para o nosso Estado do Paraná. Essa lei foi aprovada aqui, uma lei de nossa autoria, aprovada pelo nosso Plenário, pela Assembleia Legislativa, em 1991, e de lá até aqui, ela propiciou ao Estado a criação de mais de quatrocentas áreas verdes. Os municípios paranaenses já receberam mais de quinhentos milhões de reais como compensação e como estímulo para que façam a preservação da nossa natureza.

Vou passar alguns valores que os municípios já receberam até aqui: o município de Adrianópolis recebeu

sete milhões, setecentos e sessenta e oito mil reais; o município de Almirante Tamandaré já recebeu sete milhões, oitocentos e setenta e nove mil reais; o município de Altamira do Paraná já recebeu cento e vinte e dois milhões; Alto Paraná, vejam os senhores, cento e vinte e oito milhões; Altonia recebeu sete milhões e pouco.

Bom! Eu não vou ler todos os números, mas veja que um município como Piraquara, aqui da região metropolitana, já recebeu cinquenta milhões de reais e recebe em torno de quatrocentos e trinta mil reais por mês. O município de Pinhais recebe em torno de cento e cinquenta mil reais. O recém-criado município de Campo Magro, recebe cento e cinquenta e sete mil reais. O município de São José dos Pinhais já recebeu quase vinte milhões de reais e recebe em torno de cento e cinquenta mil reais por mês. Os municípios que compõem o Parque Nacional do Iguaçu, como Matelândia, Medianeira, Flor da Serra do Iguaçu, receberam mais de sessenta milhões de reais. O nosso litoral do Paraná já recebeu mais de cinquenta milhões de reais, notadamente os municípios de Guaraqueçaba, Antonina, Morretes e Guaratuba, que se destacam no recebimento dos recursos advindos da Lei do ICMS Ecológico. E de onde vem esse dinheiro?

Esse dinheiro vem dos municípios industrializados. Não há dinheiro do governo nessa distribuição e nós achamos que fizemos uma grande lei, porque o Paraná, através dessa medida, estimulou o crescimento das áreas ambientais no Estado. Ganhamos mais de quatrocentas áreas verdes, como eu já disse, e os municípios...

O Sr. Geraldo Cartário

Deputado Neivo Beraldin, primeiro quero lhe cumprimentar, porque realmente V. Exa. através do seu projeto de lei, conseguiu alocar essa grande quantidade de recursos aos municípios do Paraná que foram beneficiados com a lei.

Ora! Eu, particularmente, apesar de ter votado no projeto, pois eu estava chegando na Assembleia quando V. Exa. apresentou-o, eu fui, inclusive, avisado pelo deputado Duílio Genari que não deveria votar, porque estávamos votando um projeto contra a maioria dos municípios do Paraná. Mas, eu esperava que o então governador Roberto Requião, senador Roberto Requião, vetasse o seu projeto, com toda a honestidade. Aliás, a maioria da Casa naquela época achava que o governador Roberto Requião estaria vetando o projeto.

Para surpresa nossa, o governador sancionou, depois nós viemos saber por que ele sancionou. Ele sancionou porque do Estado, aquela parte do ICMS do Estado, não estava saindo um centavo sequer. Aí, ele falou: "Bom, é um problema dos deputados com os prefeitos, pois da parte do governo do Estado não está saindo, absolutamente nada! E V. Exa. muito hábil, habilidoso, acabou convencendo o governador, já que o Estado não estava perdendo, absolutamente nada, e que os municípios arcassem com esse novo projeto ecológico.

Deputado Neivo, e senhores deputados, esse recurso, ninguém paga uma taxa para criar um fundo ecológico, esse recurso está saindo de quem compra um pacote de feijão; esse recurso está saindo de quem compra um pacote de velas porque não tem luz em casa; esse recurso está saindo dos municípios sangrando os municípios, que é caso da Fazenda Rio Grande, onde nós estamos com 80 mil habitantes e recebendo menos ICMS do que municípios de 15 mil habitantes. Tudo isto porque esta lei beneficiou.

Eu não estou aqui lhe criticando. Estou elogiando. Gostaria até que os seus prefeitos beneficiados, correspondessem com a sua habilidade, porque realmente o senhor mudou a figura de Adrianópolis, mudou a vida de Guaraqueçaba, de Piraquara, de Pinhais também, e outros municípios.

Agora, V. Exa. já foi abordado por mim diversas vezes para aceitar que fizesse uma modificação nessa lei, porque essa lei vem prejudicando a maioria, e deputado o governo do Estado tem que governar para a maioria. Não é justo que uma Assembléia, que uma Casa de Leis faça uma lei prejudicando a maioria, a minoria, aliás. A minoria foi beneficiada e a maioria que ficou nessa situação.

Então, V. Exa. já se comprometeu comigo de trazeremos para a Assembléia um debate sobre esta lei, porque acho que deveria ter um fundo ecológico, sim, para preservar os mananciais, etc, mas que esse dinheiro saísse através de um projeto, porque alguns municípios que o senhor levou tanto dinheiro, compraram carro novo, o vereador está tendo diária para vir constantemente em Curitiba, o presidente da Câmara também, carros, assessores de algumas Câmaras ganhando mais até praticamente que deputado, e tudo isto está acontecendo em cima de um verdadeiro carnaval de recursos de uma farra ecológica.

Então, o que nós precisamos é que V. Exa. se digne a discutir o projeto de novo e transformarmos, até, talvez esse percentual, um pouco menos, num fundo. Aí o prefeito teria que apresentar o projeto e os órgãos competentes analisar o projeto e receber esse recurso de acordo com o seu andamento, porque hoje, se V. Exa. com toda honestidade, sei que V. Exa. é expert no assunto. V. Exa. hoje é o cientista desta Casa em matéria ecológica, no entanto são poucos os municípios que V. Exa. pode convidar os deputados e nos levar a conhecer as obras que foram feitas com este recurso.

Esta é a nossa preocupação e tenho a certeza que V. Exa. terá a sensibilidade para colocar este projeto em discussão para não prejudicarmos a maioria do povo do nosso Estado.

O SR. NEIVO BERALDIN

Acolho com muito prazer o desabafo do deputado Cartário, tendo em vista que ele é um deputado atuante aqui da Região metropolitana de Curitiba e está atento aos fatos, mas a lei do ICMS é a marca do legislador. Tal-

vez a mesma habilidade legislativa tiveram os deputados que priorizaram a agricultura, a indústria.

Por exemplo, Araucária ganha hoje em torno de cinco milhões de reais por mês de ICMS, porque tem indústria.

Em Piraquara, não fosse a lei do ICMS ecológico, receberia 60, 70 mil reais. Qual a grande indústria que tem Piraquara? A grande indústria são os mananciais, a água que bebemos. Então, eu acho que tudo passa e tudo passará. Mas preservar o meio ambiente é obrigação nossa para, naturalmente, termos a contrapartida daqueles que têm a responsabilidade de cuidar das cabeceiras do rio, cuidar do plantio de mata ciliar.

Agora, é bem verdade, como disse o deputado Cartário, muitos municípios não aplicam corretamente o dinheiro, mas existe na Constituição um artigo que diz - está garantida a autonomia municipal. E nós, em 88, quando elaboramos a Constituição do Estado, por debate aqui com o deputado Caíto e deputado Mário Pereira, na época, eu queria inserir na reforma da distribuição dos 25, parte para o meio ambiente e os deputados disseram não, vamos primeiro adaptar a Constituição Federal, no artigo 158, vamos colocar no Artigo 132, eu fiz isso.

Acho que a lei foi aprovada aqui sem grande debate, porque efetivamente foi no início de uma legislatura e aqueles que não tinham grande vocação ambiental, não tiveram maiores informações sobre o debate anterior, que havíamos promovido sobre essa questão, mas conseguimos lograr êxito. Eu devo a essa sanção e não só à sanção, mas o decreto - colocando em prática a Lei do ICMS Ecológico - ao então governador Roberto Requião, que foi sensível ao nosso apelo e sancionou, depois, com muita dificuldade, foi decretado que o Estado teria que cumprir essa lei, em 1º de janeiro de 1992.

Concedo um aparte, com muito prazer, ao ilustre deputado Orlando Pessuti, também preocupado com a questão ambiental, que tem estado constantemente presente nas reuniões de questão ambiental, que tem um projeto das auditorias ambientais.

São dois os projetos que considero importantes, que estão na Casa. Um é do deputado Orlando Pessuti, que determina as auditorias ambientais, porque depois que acontece o dano aí, fica difícil. O outro, que é de nossa autoria, estabelece o passivo ambiental. Uma empresa quando fecha suas atividades no Estado, teria que apresentar um alvará ambiental, dizendo que não deixou danos ambientais, assim como deixou a Plumbum do Brasil, em Adrianópolis.

O Sr. Orlando Pessuti

Deputado Neivo, sem sombra de dúvida é oportuno o pronunciamento de V. Exa.

Ontem, quando encaminhávamos um outro projeto que tem a ver com as questões ambientais, que diz respeito ao recolhimento e o reaproveitamento dos cartuchos de tinta, falávamos sobre o Dia do Meio Ambiente, porque não tínhamos certeza se poderíamos estar, hoje, aqui

- tínhamos um compromisso agendado em Brasília - mas, conseguimos que o deputado Caíto Quintana fosse para Brasília e acabamos ficando.

V. Exa. coloca com clareza; o governador Requião teve sensibilidade. pelo que a gente tem observado dos governadores que passaram pelo Estado do Paraná - sem querer desmerecer os demais - vamos encontrar ações muito positivas de dois governadores. O governador Álvaro Dias, quando implantou através da Secretaria da Agricultura o maior programa de conservação de solos e água do Estado do Paraná, o Paraná Rural. E o governador Requião, que fez uma série de ações, dando prosseguimento a esse programa, quando fez uma série de outras ações, criando parques, área de preservação ambiental e quando sancionou o projeto de V. Exa.

O deputado Cartário tem razão quando fala de que esses recursos do ICMS Ambiental não devessem sair apenas das quotas dos municípios.

Também concordo com isso e já tive a oportunidade de conversar com V. Exa. a esse respeito.

Mas o projeto, a lei, que surgiu de um projeto de V. Exa. é um projeto que temos que aplaudir. Temos que promover algumas correções, sim, mas jamais abandonar essa idéia.

V. Exa. é correto quando diz que alguns municípios puderam aumentar a sua arrecadação e a sua receita em cima da industrialização, da implantação do comércio, de núcleos habitacionais, coisa que municípios que têm os mananciais não podem fazer.

É lógico que nós, não fosse a questão da autonomia municipal na gestão dos recursos, poderíamos avançar um pouco mais. Mas eu ainda acredito, deputado Neivo, mesmo respeitando a autonomia na gestão desses recursos, aprimorando essa lei, poderíamos carimbar esses recursos. A Constituição e as Leis Federais carimbam recursos para a educação - o município tem que gastar pelo menos 25% da sua arrecadação, em educação; carimbam recursos para a saúde; carimbam recursos do Fundef. Por que não poderíamos carimbar recursos na área ambiental? Poderemos, sim, e V. Exa., eu sei lutou para que isso pudesse acontecer naquela oportunidade.

Então, eu acredito, eu não vejo como possível nós discutirmos isso agora, a 20 dias do encerramento desse período legislativo, depois o próximo período que começa em agosto nós vamos estar a dois meses da eleição, quer dizer, talvez não tenhamos clima para discutir isso, mas eu sou parceiro para depois das eleições do mês de outubro, novembro, dezembro e janeiro ainda do ano que vem, quando permanece o nosso mandato, e no próximo mandato caso retornemos para cá e temos convicção de que vamos retornar, que nós possamos rediscutir isso, sim, possamos prosseguir nessa luta que V. Exa. faz dia-a-dia, que nós fazemos e que outros também fazem, no sentido de aprimorarmos as nossas leis, a nossa legislação no que diz respeito ao meio ambiente que nós estamos vivendo.

Hoje, ainda, lendo diversos jornais, vendo o que não está acontecendo no Paraná ainda, nos programas de recolhimento, de destinação correta das embalagens de agrotóxicos, nós que estamos agora na CPI, ontem ainda estávamos conversando com o deputado Silvestri, com o deputado José Maria, nós temos uma preocupação muito grande com a destinação das embalagens utilizadas no leite, a embalagem Longa Vida, porque ali tem alumínio, nós queremos saber realmente qual a destinação disso, então, nós temos que prosseguir, deputado Neivo, e quando V. Exa. fala do nosso projeto, ainda hoje eu estava verificando aquilo que aconteceu lá em Londrina esses dias, o que aconteceu esses dias atrás aqui no Rio Iguaçu, ali no litoral do Paraná, os acidentes ambientais que ocorreram.

Se a nossa lei, que agora já é uma lei, deputado, já foi aprovado por esta Casa, a Lei das Auditorias Ambientais, no que ela for regulamentada e implementada, eu tenho certeza que nós iremos reduzir em muito os acidentes e a agressão ao meio ambiente porque estas indústrias, estas propriedades que têm um potencial poluidor maior, a partir do momento em que realizarem a auditoria ambiental elas estarão dando realmente uma segurança maior a todos nós.

E o projeto de V. Exa. que trata do passivo ambiental também é de fundamental importância, porque nenhuma empresa poderá encerrar suas atividades, como se diz: passar a régua antes que a questão ambiental esteja resolvida. E isto, sem sombra de dúvidas vai contribuir para a melhoria da qualidade de vida, para a melhoria do ambiente em que nós vivemos, e isso é fundamental para todos nós. Por isso, a nossa luta em favor de um ambiente realmente melhor do que aquele que nós temos hoje.

Muito obrigado, deputado Neivo.

O SR. NEIVO BERALDIN

Agradeço o aparte, deputado Orlando Pessuti, e acho que a discussão tem que fazer parte do dia-a-dia da Assembléia Legislativa, e nós temos que verificar exatamente a boa aplicação dos recursos.

Existe um município que acho que é representado pelo deputado Edno Guimarães, é a Vila Alta, recebe 60% da receita do município, ou 70%, próximo disso, é de ICMS Ecológico, mas eu nunca conheci o prefeito, nem conheci ninguém de Vila Alta, a não ser de ter passado um dia por lá. Só sei que os municípios estão correndo para criar parques para se credenciar na lei, e com isso nós ganhamos 400 áreas verdes.

Então, de 92 até aqui, nós já temos um saldo altamente positivo na área ambiental, exatamente por conta do ICMS Ecológico.

Agora, nós temos que discutir com a comunidade universitária, com estudantes, com jovens, esclarecer que esses recursos estão chegando em Vila Alta, e saber o que é que o prefeito está fazendo, o que é que a comunidade está fazendo, porque quem aprova

aplicação dos recursos é o prefeito e os vereadores de Vila Alta, não somos nós que aprovamos a aplicação do dinheiro. Eles têm um orçamento do ICMS que eles recebem também da agricultura, eles têm um orçamento do ICMS também que recebem da sua importância industrial, eles têm o ICMS que eles recebem pela população que têm.

Então, são cinco critérios que determinam a distribuição desses 25% dos 100% do ICMS arrecadado no Estado.

E o dinheiro da Petrobrás que a Secretaria de Meio Ambiente multou e que entrou 40 ou 50 milhões de reais para o Fundo Ambiental? Para onde foi esse dinheiro? Como está esse Fundo Ambiental? Como foi aplicado o Paranasan, o Prosan, os quase 400 milhões de dólares que foram de empréstimo? Como foram aplicados na área ambiental na região metropolitana?

O Paranasan, que o governo contraiu um empréstimo como melhoramento de saneamento e esgoto, o ano passado, repassou 179 milhões de reais à Sanepar sem assinar nenhum documento formal, e agora este ano, resolve fazer convênio com os diretores para devolver à conta 00 esses 170 milhões de reais, para o governo do Estado.

Enquanto isso, o Grupo Dominó Holding administrou a empresa com o dinheiro do empréstimo, com garantia do povo do Paraná e superfaturou obras e fez da Sanepar o que todos nós estamos sentindo na própria torneira da casa.

Mas eu gostaria também de abordar hoje um outro assunto:

Fundamento da ilegalidade, no parágrafo único da Lei Estadual nº 12.909 de 23-12-2000 que:

“Autoriza o Poder Executivo a incluir no edital de vendas do Banestado, a manutenção, com exclusividade, pelo prazo de cinco anos das contas da arrecadação de tributos estaduais, sistema de manutenção de valores e pagamentos do sistema integrado da administração financeira, conta do Tesouro Geral do Estado, conta-receita, conta única, conta dos Fundos e Programas, contas dos depósitos, movimentação da entidade da Administração Indireta, Fundações públicas, bem como a disponibilidade dos fundos estaduais e pagamento do funcionalismo público”.

Parágrafo Único: “O prazo da manutenção da exclusividade que trata o *caput* deste artigo, poderá ser prorrogado mediante negociação que levará em conta o interesse público, sob forma de reciprocidade e agregação de valores ao Estado”.

Artigo 43 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

“As responsabilidades do Caixa dos entes da Federação serão depositados conforme estabelecer o § 3º do Artigo 164 da Constituição”.

Artigo 164:

“A Constituição Federal dá competência à União para emitir moedas...” Será exercida somente pelo Banco Central.

Parágrafo 3º: As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central; a dos Estados, Distrito Federal, municípios e dos órgãos e entidades do poder público e de empresas por ele contratadas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos na lei anterior”.

Os casos ressalvados, referem-se às leis federais e que não é o caso da Lei nº 12.909.

Senhor presidente, senhores deputados.

Fizeram uma negociata com o Banco do Estado. Deram ao Banco Itaú de presente o Banestado. Depois, deram a exclusividade de movimentar o movimento do Estado que não é nada menos do que 8 bilhões a 9 bilhões por ano. Esse é o orçamento realizado no Paraná nos últimos anos. Não são doze. É próximo de nove bilhões de reais que passam na mão do Banco Itaú. Ora, qual é o Banco que pode dar prejuízo com uma conta de 9 bilhões de reais? Isto é um assalto, isto é uma vergonha!

Pois bem, senhores deputados, há rumores de que ainda este governo pretende alongar por mais 5 anos a exclusividade para o Banco Itaú. É o fim da picada! E há rumores, há indícios de que quer o governo atender o interesse do capital privado, passando o dinheiro do governo para um grupo privado, a fim de que ele tenha lucro e a fim de que eles possam compartilhar este dinheiro nos melhores restaurantes do Brasil e do mundo.

Há indícios, também, de que este governo quer, agora, no final, assinar contratos sobre a informática na Copel, comprometendo a sua lucratividade no futuro, engessando a administração pública, cometendo atos que são lesivos ao interesse público.

Então, senhor presidente e senhores deputados, temos que estar atentos, porque o governo pretende ao encerrar o seu período, fazer do Estado um grande negócio! Temos que nos pronunciar aqui, nesta tribuna, para alertarmos a população do Paraná, a fim de que, o futuro governo possa, se eventualmente acontecer esse tipo de negócio, considerá-lo lesivo ao interesse público e torná-los, com certeza, nulos, porque, com certeza, há de vir um governo com vocação e com objetivos maiores - que são aqueles de atender o social e desenvolver o progresso da nossa região e do nosso Estado.

Senhores deputados, nos próximos dias vou me pronunciar sobre essa tentativa de negociata com a questão da Copel. Vamos procurar tornar pública todas as acertativas, para que possamos, no futuro, dar ao novo governador instrumentos: “Olha aqui, governador, no passado dizíamos que isso ia acontecer. Agora, V. Exa., com o apoio popular, poderá então declarar nulo.” Visto que a Constituição diz que é nulo qualquer contrato que seja lesivo ao interesse da população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cezar Silvestri)

Quero anunciar a presença da vereadora Rita que, brilhantemente, representa a mulher, no município de Palmital.

O SR. MARCOS ISFER (Pela Ordem)

Senhor presidente, a pedido do deputado Algaci Tulio que representa esta Casa no Senado da República, acompanhando a votação do Projeto de Lei 1295/99, que trata da exploração e condução dos táxis no Brasil, ele nos informa que o parecer contrário do senador Osmar Dias foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que é uma grande vitória para toda classe de taxistas no País, que eram contrários às medidas propostas pelo deputado federal Adolfo Marinho, do Ceará.

É um comunicado do deputado Algaci Tulio, de que os taxistas paranaenses viram aquele pleito que foi trazido a esta Casa, efetivamente ser aprovado no parecer do nosso senador Osmar Dias.

O SR. HERMES FONSECA (Pela Ordem)

Gostaria de anunciar que visitam nossa Casa hoje, os vereadores: Edmundo José de Carvalho e Mauro Gonçalves Silva, de Joaquim Távora e o vereador Valdiney Estagambule, presidente da Câmara de Guapirama.

O SR. PRESIDENTE (Cezar Silvestri)

Horário das Lideranças.

No Horário da Liderança do PDT, concedo a palavra ao deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Ontem dizíamos que pretendíamos assumir esta tribuna, justamente para colocar alguns pontos a respeito da situação que vive e dos desdobramentos do IPE.

Tive a oportunidade, no decorrer da campanha em defesa da Copel, encontrar com um dos políticos que pertenceu ao período de Canet e de Ney Braga, que é o Dr. Eduardo Manuel Correia da Costa, chefe de gabinete de Canet e assessor de Ney Braga. Numa das conversas, ele me pontuava que tinha sido um dos primeiros superintendentes do IPE. Com isso, trouxe algumas reminiscências dos anos de 61/62, quando o IPE foi constituído, e a forma com que o governo de então buscou estruturar o Sistema de Previdência do Estado. Isso foi feito de tal forma que cobrando um percentual pequeno, 6% de contribuição do funcionalismo público do Paraná, mais uma participação de 30% em todas as consultas e exames clínicos laboratoriais e 50% dos dependentes, permitiu que o IPE se transformasse em poucos anos, numa referência nacional no sistema de previdência social e também na questão de atendimento à saúde do servidor.

Isso tudo foi desconsiderado! O governo Lerner, que assumiu a partir de 95, passou a não recolher a parte patronal, passou a descumprir os compromissos com os convênios de hospitais, clínicas médicas, laboratórios, e aí o IPE veio definhando e definhando com ele, com certeza, a saúde da população de servidores do Estado do Paraná.

Nós dissemos, desta tribuna, que um governo que está no seu extor, um governo que não faltava mais que

oito meses - hoje não falta mais que sete meses - não tinha legitimidade moral, não tinha condição ética para liquidar uma instituição de 38 anos que, ao longo destes 38 anos, muito serviço prestou ao servidor público do Paraná. Devia sim, este governo, colocar os 80 milhões apontados na Lei de Orçamento deste ano, sanear o IPE, pagando as suas contas e permitindo que o IPE pudesse continuar prestando atendimento. E se houvesse alguma decisão de governo a ser tomada, teria que ser tomada pelo próximo governo, porque este ficou 90 meses - exatamente 90 meses - à frente do Executivo e não resolveu! Não seria dentro destes oito meses que ele deveria resolver a situação do servidor do Paraná!

Permita-me, senhor presidente, o deputado Irineu Colombo apresentou aqui a decisão da juíza substituta da 1ª Vara Federal, Graziela Soares, datada de 29.05.2002, em que, atuando numa ação civil pública, tendo como autores o Sindicato dos Médicos do Estado do Paraná - Simepar e outros, e os réus, governador do Estado do Paraná e outros. Ele deu a decisão em que permite a sobrevida do IPE. E por que a justiça tomou essa decisão? Porque foi um patrimônio construído também com a participação do funcionalismo público do Paraná e não pode o governo do Estado, num decreto, num ato administrativo próprio do Executivo, fazer com que fosse liquidada essa instituição, onde houver, sim, a participação ativa dos funcionários públicos.

Portanto, essa decisão da juíza Graziela Soares, com certeza irá orientar e mostra mais uma vez que o governo Lerner não está preocupado com o aspecto da legalidade. Não está preocupado com o aspecto da responsabilidade do Estado, porque não se admite o Estado, enquanto ente público, não observar o cumprimento das normas legais. E aqui mais uma vez, o Estado não cumpre e não observa os aspectos da legalidade, tanto na Constituição, como na liquidação de algumas de suas empresas.

Aqui fica registrado, senhor presidente, deputado Cezar Silvestri, a decisão da juíza que considera insubsistente a ação do governo na liquidação do IPE, e intimando em caráter de urgência, e dando ciência da sua decisão para a suspensão do ato do senhor governador.

Essa era o registro, senhor presidente. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Cezar Silvestri)

Ainda no Horário das Lideranças consulto a Liderança do PT.

(Declina)

PPB; PMDB. Concedo a palavra ao deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados.

Hoje tive o prazer, a honra de receber no meu gabinete o Exmo. Sr. Musa Amer Odeh, M.D. Embaixador da Palestina no Brasil, acompanhado pela comitiva: senhor

Abdo Dib Abage, cônsul honorário da Síria; senhor Hussein Handar, cônsul honorário do Líbano; senhor Omar Majid - representante da Comunidade Palestina; Exmo. Sr. vereador Paulo Salamuni; senhor Gabriel Sanaha, - presidente da Câmara Municipal de Piraquara, senhor Hanna Fares - representante da gazeta Árabe Brasileira "Al Nur", acompanhados pelo intérprete, professor Nader.

E lá no meu gabinete, essa Comitiva, liderada pelo embaixador da Palestina no Brasil, que também esteve no gabinete do presidente desta Casa, deputado Hermas Brandão, pude, na conversa que mantive com o povo palestino ali representado, sentir a dor do coração desse povo ferido, magoado e partido pelas agressões sofridas na guerra que o povo palestino, com muito orgulho, defende a sua pátria lá no Oriente Médio.

Senhor presidente, senhores deputados, quando assistimos aos jogos dos selecionados que pelos gramados do Japão e da Coreia do Sul defendem os seus países, ao ouvir o hino nacional de cada país, observamos o sentimento de cada jogador que ali, naquele gesto, externa todo o seu amor à pátria. Observamos o quanto é importante ter uma pátria.

Agora, imaginem os senhores, o sofrimento de um povo de uma cultura milenar, como a Palestina; um povo sem pátria; um povo que teve o seu território usurpado pelo poder bélico, pelas conjunturas; fazendo com que a Palestina, hoje fosse um país governado por Israel.

O povo palestino, não obstante toda a tragédia que se abateu sobre aquele país, demonstra a guarra, demonstra o amor, a tenacidade de lutar com o próprio punho, com a própria vida para defender o seu torrão.

Por isso, senhor presidente, fiquei emocionado com a visita que recebi do eminente embaixador da Palestina no Brasil e na conversa que tive pude expressar ao Embaixador toda a nossa solidariedade, o nosso sentimento, o nosso empenho e a nossa força para que a Palestina seja um país de verdade; para que o povo da Palestina tenha a sua independência; para que a Palestina, também, como os demais países, um dia, quem sabe - não muito longe, possamos ver os jogadores da Palestina disputando um campeonato mundial e ali, nos gramados desse mundo à fora, possamos ver os jogadores palestinos colocando a mão no peito ao ouvir o hino nacional da Palestina, ao ver a bandeira da Palestina sendo hasteada por esse mundo a fora.

Então, senhor presidente, assistimos todos os dias através da imprensa mundial, a todo o terrorismo; toda a violência; toda a agressão submetida ao povo palestino que enfrenta os canhões; os jatos; o poder bélico de Israel com pedras através da "intinfada", com o próprio corpo, com a própria vida nos manifestos que o povo palestino faz para defender o seu torrão, para defender a sua pátria.

Então, prometi ao embaixador da Palestina que no mês de outubro irei enviar esforços para formar uma comitiva de deputados desta Casa, para nos dirigirmos à Palestina e para de viva voz, para de corpo presente,

manifestar toda nossa solidariedade do povo do Paraná e do Brasil à causa palestina; essa terra que é uma terra de cultura milenar, uma terra bíblica e que não pode ser ultrajada, explorada, violentada criminosamente, como está sendo, pelo povo judeu.

Concedo aparte ao deputado Marcos Isfer.

O Sr. Marcos Isfer

Agradeço o aparte, e em meu nome e tenho certeza, em nome de vários outros companheiros desta Casa, descendentes de libaneses, de sírios, nós gostaríamos de transmitir também toda essa angústia que fere a nós descendentes, que vivemos aqui no Brasil mas temos laços de sangue, laços de coração com o Oriente, principalmente, quando vemos o terrorismo praticado pelo governo de Ariel Sharon, quando sem medir as consequências, massacra o povo palestino e faz com que aquele povo tão sofrido passe por mais e mais dissabores.

Agora, mais importante do que tudo isso, é que nesse momento, esse mesmo 1º ministro fale em construir um novo muro de Berlim para sitiar a "Cisjordânia", separar de Israel, do Líbano, enfim para separar irmãos, aqueles que vivem e querem viver em paz.

Então, mais importante do que tudo, acho que nesse momento, é que houvesse respeito pelo governo israelense, do povo palestino, e que se fosse efetivamente buscada a paz.

Não há de ser com essas medidas, com essas formas terroristas de atacar o povo palestino, que se vai chegar à paz.

A paz no Oriente só será construída no dia em que todos entenderem que somos irmãos, que podemos viver em paz e que há necessidade de ser feita a paz.

Não se pode mais conviver com esse verdadeiro genocídio que vem acontecendo em relação aos nossos irmãos palestinos.

O SR. NEREU MOURA

Obrigado, deputado Marcos Isfer pelo aparte.

Mas eu não espero atitude diferente partindo do 1º ministro de Israel, Ariel Sharon.

Quem pode ler a história, quem pode ter conhecimento da trajetória desse cidadão sabe que o pensamento dele é bélico, é na verdade segregador, é incompatível, é de humilhação, apoiado pelo Estados Unidos da América. Apoiado por um governo frio e calculista, que é o governo Bush, que dá suporte político, dá suporte econômico para que Israel possa cometer as atrocidades que comete no Oriente Médio.

Esta manta, que ganhei hoje do embaixador, chamada de "kaiffa", vou guardar com muito carinho, porque para mim foi uma emoção muito grande, senhor presidente, senhores deputados, receber a ilustre visita de um representante de um povo sofrido, ultrajado como é o povo palestino.

Para mim, esta manta que recebi do embaixador palestino no Brasil, será guardada como um troféu em

sinal de respeito, em sinal da consideração que tenho pelo povo, pela história, pela cultura palestina.

São estas as considerações que quero fazer, senhor presidente e senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Liderança da Oposição, deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados.

Inicialmente, quero cumprimentar o meu líder, deputado Nereu Moura, pelo pronunciamento que faz e que manifesta em seu nome e tenho certeza da nossa Bancada, a solidariedade ao povo palestino.

Tive também o mesmo privilégio que ele teve, em anos anteriores, de receber a delegação palestina, e com eles também trocar idéias e obter informações acerca do que acontece naquele espaço do mundo em que vivemos.

Quero também registrar com satisfação, a exemplo do que fez o deputado Silvestri, a presença da vereadora Rita, de Palmital, que muito engrandece este Parlamento a sua presença. Ela é uma jovem vereadora e que muito tem contribuído com o desenvolvimento do município de Palmital, juntamente com o nosso prefeito, o Clério Benildo Bhar (?).

Mas eu vim à tribuna, senhor presidente, para dar seqüência, também àquilo que disse o deputado José Maria Ferreira acerca do Instituto de Previdência do Estado do Paraná. Olhe! Eu tenho andado, como sempre fiz, pelo interior do Estado e nesse dia-a-dia de prestação de contas do nosso trabalho, de realização de reuniões da CPI dos Alimentos, reuniões com prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, lideranças políticas e comunitárias, e o que mais nós temos ouvido nos últimos dias é a reclamação dos servidores públicos com relação a esse Sistema de Atendimento à Saúde implantado pelo governador Jaime Lerner. Implantado à força, porque não encontrava guarida, esse plano, nem na Bancada de sustentação que ele possui aqui na Assembléia, porque se esse apoio existisse da Assembléia, mesmo que fosse apenas dos seus deputados, teria ele conseguido aprovar a mensagem, o projeto de lei que tratava desse assunto e que ficou sem aprovação no ano passado e que não foi discutido e votado neste ano. Fez ele a implantação desse plano por um decreto, contrariando tudo e a todos e aos interesses maiores dos servidores públicos do nosso Estado.

Estive em Rosário do Ivaí, dia desses, e um servidor público me disse: “olha, deputado Pessuti, para que eu possa agora fazer um eletrocardiograma, uma ultrasonografia ou uma consulta médica ou uma cirurgia, eu não posso mais ir a Ivaiporã ou a Apucarana ou a Londrina que ficam mais “a mão” para quem mora em Rosário do Ivaí. Eu tenho que ir para Ponta Grossa, para onde apenas um horário de ônibus existe por dia e que, evidentemente, me cria todos os tipos de transtornos”. Não que ele estivesse descontente com a possibilidade de atendimento que Ponta Grossa possa oferecer, já que é uma das

cidades que tem uma estrutura hospitalar condizente com a necessidade do servidor público, mas pelo desconforto que as estradas e a distância a ele atribui. A mesma coisa está acontecendo com aqueles que moram em Ivaiporã ou em municípios polarizados pela cidade de Ivaiporã.

Hoje, os moradores de Ivaiporã, de Manoel Ribas, de Jardim Alegre, do Ariranha, do Arapuã, do Lunardeli, de São João do Ivaí, do Godoy Moreira e de outras cidades, têm que se deslocar até a cidade de Campo Mourão para serem atendidos. E para Campo Mourão e Ivaiporã, nós temos também apenas um ou dois horários de ônibus, tendo essas pessoas que transitar por estradas esburacadas, gastando de duas a três horas para chegarem à cidade de Campo Mourão, quando poderiam em Ivaiporã serem atendidos e com qualidade igual ou até superior àquele atendimento que estão recebendo na cidade de Campo Mourão.

E, por que isso? Porque em 1990 o governador Álvaro Dias sancionou uma lei complementar, de nossa autoria, criando a região administrativa central do Paraná. A partir desta lei, no governo de Roberto Requião, a partir de 1991, implantamos a Regional de Saúde em Ivaiporã; e em consequência de tudo isso, Ivaiporã se aparelhou para o atendimento médico-hospitalar, fazendo atendimento, hoje, buscando por pessoas não só da área territorial dessa regional de saúde, mas também buscando por pessoas do Paraná inteiro que lá buscam a UTI que existe nos dois maiores hospitais da cidade, que buscam a UTI Neonatal que existe nos dois hospitais, que buscam o hospital do rim que atende a população, não só dessa região, mas de todo o Estado do Paraná.

Os policiais militares, que muitas vezes no confronto, precisam de um atendimento médico emergencial, não podem ser atendidos em Ivaiporã e têm que se deslocar para Campo Mourão. É uma lástima, senhor presidente, senhores deputados, o que está acontecendo. Para complicar ainda um pouco mais, porque eventualmente poderíamos ser atendidos em Apucarana, que fica distante 120 quilômetros, cidade para qual temos 10, 15 horários de ônibus todos os dias, mas Apucarana não aceitou se credenciar e os funcionários de Apucarana estão sendo atendidos em Londrina.

É uma lástima o que está acontecendo. A destruição do IPE, senhor presidente, senhores deputados, fere de morte os servidores públicos e a família dos servidores públicos paranaenses. O IPE, que tinha um posto de atendimento, que tinha credenciamento em praticamente todas as cidades do Paraná, o servidor público e seus dependentes poderiam ter atendimento em praticamente todas as cidades: consultas, cirurgias, exames laboratoriais, exames mais exigentes poderiam ser feitos na maioria das cidades do Paraná.

E hoje, tudo isso foi sepultado por uma decisão absurda do governo Jaime Lerner que não permitiu que o IPE continuasse funcionando, continuasse atendendo a população, e inventou esses pólos de atendimento aos servidores públicos, contrariando a mão da história que

procura descentralizar as coisas. O governador procurou centralizar, e ao centralizar, criou todos esses problemas.

E ainda há pouco tive, presidente Elio Rusch, uma outra notícia também desagradável: “Funcionários da Assembléia Legislativa, que descontam no seu contracheque para o Parana Previdência, não estão conseguindo sequer marcar consulta no Hospital Evangélico, que é o hospital credenciado para atender os funcionários públicos, sobre a alegação de que o Parana Previdência não tem convênio com os funcionários da Assembléia.

Eu vou, inclusive, depois, conversar com o presidente Hermas Brandão, com o 1º secretário - deputado Valdir Rossoni, para que providências sejam tomadas, porque no contracheque de todos os funcionários desta Casa vem lá o desconto para o Parana Previdência. E ainda há pouco um dos servidores me disse que tentou, hoje, durante todo o dia agendar uma consulta no Hospital Evangélico e não conseguiu.

Fui conversar com os funcionários da Liderança do PMDB, pertencentes também ao quadro de servidores desta Casa, e me disseram que é verdade, que nenhum funcionário da Assembléia, mesmo pagando o Parana Previdência, nenhum deles está conseguindo fazer consulta no hospital credenciado pelo Parana Previdência.

Quero, portanto, senhor presidente, senhores deputados, mais uma vez hipotecar solidariedade a todos aqueles que estão lutando pela permanência do IPE, na pessoa do doutor Valêncio, que sempre está aqui conosco, do doutor Tótila, que sempre está conosco. E também hipotecar a minha solidariedade ao doutor Guilherme Amintas, que já nos ajudou muito com o seu conhecimento e com as suas ações na proibição da venda da Copel e que agora com o seu trabalho está conseguindo fazer com que o IPE possa continuar atendendo os servidores do Estado.

Era isso.

Muito obrigado.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem)

Deputado Pessuti, concede-me um aparte?

O SR. ORLANDO PESSUTI

Antes, então, de concluir, eu concedo um aparte ao deputado Irineu Colombo.

O Sr. Irineu Colombo

Deputado Pessuti, em primeiro lugar, quero parabenizá-lo pela exposição. V. Exa. capta muito bem o sentimento médio dos servidores públicos paranaenses e dos servidores públicos desta Casa.

O IPE foi construído com o dinheiro do servidor e o patrimônio do servidor não pode o Governo do Estado desfazer de qualquer forma. E o IPE vinha atendendo muito bem os servidores. Com o Governo Lerner, com a posse do Governo Lerner, parou de repassar mensalmente o dinheiro para o IPE.

Então, a política do governo era quebrar uma estrutura funcional, quebrar administrativamente, quebrar financeiramente para justificar a sua extinção e vai extinguí-lo no final do seu governo.

Ainda bem que o doutor Valêncio, Guilherme Amintas, com apoio desse bloco de Oposições aqui na Assembléia, conseguem barrar, porque deixa para os próximos governos. Os próximos governos que vêm aí, com competência administrativa, com compromisso social resgatarão o IPE, repassarão as verbas mensais para o IPE, usa lá a estrutura que eu conheço muito bem, deputado Pessuti, eu fui nos porões do IPE, literalmente aonde eu vi computador em perfeito funcionamento, o sistema de radiografia não repuseram as peças para que o sistema quebrassem, não funcionasse, sucatearam o IPE, propositalmente. Então, deixa para nós, a gente sabe administrar isto, deixa para o próximo governo, seja quem for. Os servidores deverão interagir com os próximos candidatos ao governo, com todos os candidatos, para quem dêem uma atenção para os servidores.

Estão aqui, se um dos nossos seguranças, nossas zeladoras, nossos funcionários da Assembléia tiverem qualquer problema e procurarem os serviços médicos do governo, não são atendidos. O IPE estava mal atendido, mas estava atendendo. E estava mal atendido porque o governo não quer que funcione. Os nossos servidores estão sem nenhuma alternativa, sem reajuste salarial, sem alternativa e pagaram para isto - pior, pagaram para isto e não têm direito. É um descaso absoluto e vergonhoso como o governo trata os nossos servidores públicos estaduais.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, eu agradeço V. Exa pela concessão desse tempo extra.

Agradeço o aparte que me ofereceu o deputado Irineu Colombo e sem sombra de dúvida a prática na saúde do governo Jaime Lerner não é diferente da prática na educação.

Fez tudo para também privatizar a educação através do Parana Educação. É a mesma prática da ferrovia, é a mesma prática da rodovia com os pedágios, é a mesma prática no porto de Paranaguá, é a desmobilização da máquina pública em favor do capital, em favor do negócio.

Quer dizer, o Jaime Lerner realmente destruiu a máquina pública do Estado do Paraná e a última agora é a máquina pública da saúde que tão bem atendia aos servidores do nosso Estado.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Liderança do Governo.

(Declina)

Encerrado o Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1565, de autoria dos deputados Durval Amaral, Tony Garcia, Waldyr Pugliesi, Sérgio Spada e demais deputados, constante do expediente, solicitando a antecipação da realização da Sessão Plenária do dia 06 de junho, para o dia 05, logo após a presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 129 e 176/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que altera a Redação da Lei nº 11.182, de 23 de outubro de 1995. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETOS DE LEI Nºs 129 e 176/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O artigo 2º da Lei nº 11.182, de 23 de outubro de 1995, alterada pela Lei nº 13.290, de 08 de novembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - Para usufruir do benefício, o estudante deverá comprovar a condição referida no artigo anterior através de identidade estudantil, expedida pela União Brasileira de Estudantes de 1º e 2º graus - UBES, União Paranaense dos Estudantes Securandistas - UPES, União Nacional dos Estudantes - UNE, União Paranaense dos Estudantes - UPE ou União Municipal dos estudantes - UMES”.

Art. 2º - O artigo 3º da lei nº 11.182/95, alterada pela Lei nº 13.290/2001, passa a vigorar com o seguinte conteúdo:

“Art. 3º - Caberá às prefeituras municipais, através dos órgãos responsáveis pela cultura, esporte e lazer, e aos órgãos de defesa do consumidor, a fiscalização do cumprimento desta lei, autuando os estabelecimentos que a descumprirem, comunicando-lhes sanções administrati-

vas cabíveis, inclusive a suspensão do alvará de funcionamento do estabelecimento”.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29.05.2002.

(a) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 020/2001, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que acrescenta artigo da Lei nº 12.970, de 25 de outubro de 2000. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 020/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica acrescido artigo e parágrafo único na Lei nº 12.970, de 25 de outubro de 2000, renumerando o atual artigo 3º, com a seguinte redação:

“Art. 3º - Fica a Secretaria de Estado da Saúde responsável pela confecção e fixação de cartazes em todos os hospitais da rede pública ou privada, com os seguintes dizeres:

“Lei nº 12.970 - É proibida a exigência de depósito prévio para internação de emergência, de doentes em estado de risco de vida e/ou sofrimento intenso.”

Parágrafo Único - O Procon-PR atuará como órgão fiscalizador para o cumprimento dos preceitos desta lei, aplicando as sanções e penalidades constantes do Código de Defesa do Consumidor e demais legislações pertinentes.”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.05.2002.

(a) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 081/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel, situado no município de Andirá, ao Clube Anos Dourados. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 081/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Clube Anos Dourados, imóvel situado na zona urbana do município de Andirá, constituído pelo

lote A, com área total de 4.124,50m² (quatro mil, cento e vinte e quatro metros e cinquenta centímetros quadrados), na forma do matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Andirá, sob o nº 7.843, folha 01, livro 02.

Parágrafo Único - O imóvel que se refere o artigo 1º desta lei, será utilizado como sede do Clube Anos Dourados, para a promoção de eventos sociais, beneficentes e culturais, tendo esta cessão a duração até 31 de julho de 2007, podendo ser prorrogada por 5 (cinco) anos mediante consenso entre as partes, não podendo o referido imóvel ser utilizado para outros fins, nem ser transferido a terceiros, sob pena de tornar-se, automaticamente, sem efeito.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.05.2002.

(a) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 177/2002, de autoria do deputado Eli Ghellere, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Comunidade do Rio Barreiro, do município de Quarto Centenário, com sede no município de Quarto Centenário e foro no município de Goioerê. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 177/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Comunidade do Rio Barreiro, com sede no município de Quarto Centenário e foro no município de Goioerê.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 03.06.2002.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 249/2002, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública o Centro de Recuperação Ensino e Reintegração - CRER, com sede e foro na cidade de Londrina. **Aprovado. (Publ. no DA nº 049/2002, de 24.04.2002).**

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 251/2002, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública estadual a Associação da Comu-

nidade dos Sagrados Corações do Jardim Boa Esperança, com sede e foro no município de Londrina. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 251/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação da Comunidade dos Sagrados Corações, Jardim Boa Esperança, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 03.06.2002.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 009/2001, de autoria do deputado Nereu Moura, que concede título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Dr. Edgar Antonio Lippmann Júnior. PARECER FAVORÁVEL. (VOTAÇÃO NOMINAL). **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 215/2002, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores Agricultores da Linha Caravágio, com sede e foro no município de Palotina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 247/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Padre Jorge Scholl, com sede e foro no município de Ubatuba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Verificação de votação, a pedido do deputado Neivo Beraldin.

Chamada nominal, a pedido do deputado Orlando Pessuti.

Convido o Sr. 1º secretário, que proceda à chamada nominal dos senhores deputados.

O SR 1º SECRETÁRIO (Nelson Tureck)
(Procede à Chamada Nominal)

Vinte e três deputados, senhor presidente, responderam a chamada.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não há quórum para deliberar, apenas para a continuidade da Sessão.

Sobre a mesa, requerimento nº 1560, de autoria do deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1561, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 247/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 250, 252 e 277/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 178, 347, 364, 449, 486/2001, 164, 196, 222, 280, 305, 306, 319, 322, 327 e 337/2002.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 229/2001

I - Prover, CÁTIA ADRIANA GOUVEIA DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de junho de 2001;

II - exonerar, a pedido, WAGNER JOÃO DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Renato Gaúcho, a partir de 1º de junho de 2001;

III - prover, CLAIR AFONSO CORREA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Renato Gaúcho, a partir de 1º de junho de 2001;

III - prover, WIDERSON NADALIN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de junho de 2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 230/2001

I - Exonerar, a pedido, LUIZ CARLOS CAPOCCI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PSC, a partir de 1º de junho de 2001;

II - prover, ANA PAULA BORDINI ORASMO MONTEIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PSC, a partir de 1º de junho de 2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 231/2001

I - Exonerar, a pedido, RAINER MANUEL MARTINS, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ricardo Maia, a partir de 1º de junho de 2001;

II - exonerar, a pedido, ARISTÓTELES MAIA KOTSIFAS, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ricardo Maia, a partir de 1º de junho de 2001;

III - exonerar, a pedido, MÁRCIA DE FÁTIMA DO PRADO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Ricardo Maia, a partir de 1º de junho de 2001;

IV - exonerar, a pedido, SÍLVIA CRISTINA CHICONATO MAIA KOTSIFAS, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Ricardo Maia, a partir de 1º de junho de 2001;

V - prover, SÍLVIA CRISTINA CHICONATO MAIA KOTSIFAS, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ricardo Maia, a partir de 1º de junho de 2001;

VI - exonerar, a pedido, JOSÉ MAURÍCIO BORDIN, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Ricardo Maia, a partir de 1º de junho de 2001;

VII - prover, JOSÉ MAURÍCIO BORDIN, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ricardo Maia, a partir de 1º de junho de 2001;

VIII - prover, CLAUDIA DUMAS DE ALMEIDA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ricardo Maia, a partir de 1º de junho de 2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 232/2001

I - Prover, NILSON LUIZ FIORI FILHO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de junho de 2001.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.06.2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 234/2001

I - Exonerar, a pedido, ANTONIO SOARES NUNES JÚNIOR, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Luiz Accorsi, a partir de 1º de junho de 2001;

II - prover, DESIRRE PORCIDES ROSAR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabi-

nete do deputado Luiz Accorsi, a partir de 1º de junho de 2001.

(Prot. nº 5657/2001)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 04.06.2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 235/2001

I - Exonerar, a pedido, AGUINALDO MANIEL DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Nelson Garcia, a partir de 1º de junho de 2001;

II - prover, CLEUSA REGINA DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Nelson Garcia, a partir de 1º de junho de 2001.

(Prot. nº 5715/2001)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 05.06.2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 236/2001

I - Exonerar, a pedido, PAULO PIMENTEL DE CARVALHO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PL, a partir de 1º de junho de 2001;

II - prover, CLÁUDIA MENEZES RODRIGUES BRITO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PL, a partir de 1º de junho de 2001.

(Prot. nº 5808/2001)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 239/2001

I - Prover, MARIA DA GLÓRIA MARTINS CARRILHO MOCHI, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da deputada Serafina Carrilho, a partir de 1º de junho de 2001;

II - prover, PAULO CESAR LINZ, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de junho de 2001;

III - prover, CARLA ANDREIA DE CASTRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de junho de 2001;

IV - exonerar, a pedido, RODRIGO CHEMIN ZANINI, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ribas Carli, a partir de 1º de junho de 2001;

V - prover, CAIO MARCIO EBERHART, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ribas Carli, a partir de 1º de junho de 2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 240/2001

I - Exonerar, a pedido, SÉRGIO PAVEZI, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de junho de 2001;

II - prover, PAULO MAIA DE OLIVEIRA JÚNIOR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de junho de 2001;

III - exonerar, a pedido, HUMBERTO BOTTI DE CASTRO, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de junho de 2001;

IV - exonerar, a pedido, LEANDRO PUPIO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de junho de 2001;

V - prover, LEANDRO PUPIO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de junho de 2001;

VI - prover, HUMBERTO BOTTI DE CASTRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de junho de 2001, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de 100% (cem por cento) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 241/2001

I - Exonerar, a pedido, SAMARA ADRIANA AMUD, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de junho de 2001;

II - exonerar, a pedido, SALVADOR MORETTI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete da Liderança do PSC, a partir de 1º de junho de 2001;

III - prover, SALVADOR MORETTI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de junho de 2001;

IV - exonerar, a pedido, EDMIR DURÕES DAMASCENO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete da Liderança do PSC, a partir de 1º de junho de 2001;

V - prover, VALDECIR APARECIDO POLETINI, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PSC, a partir de 1º de junho de 2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 242/2001

I - Exonerar, a pedido, LUCIANA DE ARAÚJO BOND, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de junho de 2001;

II - exonerar, a pedido, ROSELI SIQUEIRA SENNA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Aparecido Custódio da Silva, a partir de 1º de junho de 2001;

III - prover, ROSIMEIRE DE FÁTIMA DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Aparecido Custódio da Silva, a partir de 1º de junho de 2001;

IV - prover, JOSÉ AIRSON HORST, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Cezar Silvestri, a partir de 1º de junho de 2001.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06.06.2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 243/2001

I - Exonerar, a pedido, SANTA TEREZINHA DOS SANTOS SUKENSKI, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da deputada Luciana Rafagnin, a partir de 1º de junho de 2001;

II - prover, IVETE DE JESUS ARRUDA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da deputada Luciana Rafagnin, a partir de 1º de junho de 2001, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de 100% (cem por cento) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 6092/2001)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11.06.2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 244/2001

I - Exonerar, a pedido, MAURO CÉSAR WIERTEL, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Duílio Genari, a partir de 1º de junho de 2001;

II - prover, MARLISE DO NASCIMENTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Duílio Genari, a partir de 1º de junho de 2001, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de 100% (cem por cento) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 6191/2001)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 245/2001

I - Exonerar, a pedido, AIRTO LUÍS BERTOLIN, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Edson Strapasson, a partir de 1º de junho de 2001;

II - prover, MARILENE STRAPASSON BERTOLIN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Edson Strapasson, a partir de 1º de junho de 2001;

III - prover, LUCIANE MARIA DA SILVEIRA ANDRETTA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de junho de 2001;

IV - prover, CIELI MERKA TURRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de junho de 2001;

V - prover, SIRLENE DOS SANTOS XAVIER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de junho de 2001.

VI - prover, FRANCISCO FERNANDES DE ARAÚJO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de junho de 2001;

VII - prover, DIRCEU PAVONI, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de junho de 2001.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 13.06.2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 246/2001

I - Exonerar, a pedido, HENRIQUE MONTESCHIO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de junho de 2001;

II - prover, LEUZIR SUZIN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de junho de 2001;

III - prover, FRANCISCO RAIMUNDO DA SILVA, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de junho de 2001;

IV - prover, ELISABET BITTENCOURT PEREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de junho de 2001.

V - prover, ALGEMIRO LAZARETTI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de junho de 2001;

VI - prover, IRES GROSS BARRETO DE SOUZA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de junho de 2001;

VII - prover, LEIDY MOTTIN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de junho de 2001;

VIII - prover, CLAIRE JERRY FRANKE WOLF, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de junho de 2001.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16.06.2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 247/2001

Art. 1º - As pensões no valor de R\$710,60 (setecentos e dez reais e sessenta centavos), pagas por este Poder, às viúvas de ex-deputados, fica fixada, a partir de 1º de julho de 2001, em R\$795,00 (setecentos e noventa e cinco reais).

Art. 2º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 248/2001

I - Exonerar, a pedido, NEY DIAS LOPES, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Aparecido Custódio da Silva, a partir de 1º de julho de 2001;

II - exonerar, a pedido, JOSÉ GERALDO DA COSTA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de julho de 2001;

III - prover, MARIA CRISTINA DA SILVA BUENO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de julho de 2001;

IV - exonerar, a pedido, ROSANA DO NASCIMENTO FIÚZA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de julho de 2001;

V - prover, ROZANE MACHADO DO NASCIMENTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Hermas Brandão, a partir de 1º de julho de 2001.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02.07.2001.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

VALDIR ROSSONI - 1º Secretário

ANTONIO ANIBELLI - 2º Secretário